



ANTIMICROBIANOS

“Governo precisa garantir acesso ao médico e aos farmacêuticos”

(Walter Jorge, Vice-Presidente do CFF)

■ VICE-PRESIDENTE DO CFF, WALTER JORGE, DIZ, NO DEBATE COM PARLAMENTARES, QUE O GOVERNO PRECISA ORGANIZAR O SETOR DE SAÚDE, PARA GARANTIR AOS PACIENTES NÃO SÓ O ACESSO AO MÉDICO (E À RECEITA), MAS AOS FARMACÊUTICOS.

O Vice-Presidente do CFF, Walter Jorge João, sustentou que a RDC 44/10, da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), é uma medida corajosa e de alcances sanitário e social, por promover o uso racional de medicamentos e por representar um esforço, com vistas a combater a resistência microbiana. “Por tudo isso, o CFF é solidário à Agência”, declarou.

As declarações de Walter Jorge foram prestadas, durante o programa “Expressão Nacional”, que foi ao ar, no dia 23 de novembro de 2010, pela “TV Câmara”. O dirigente do CFF debateu este assunto e o fracionamento de medicamentos com os Deputados Dr. Rosinha (PT-PR) e Dr. Nechar (PP-SP), ambos médicos, e com o Adjunto da Presidência da Anvisa, o farmacêutico Pedro Ivo Seba Ramalho.

Walter Jorge, ao falar da RDC 44/10, ressaltou a necessidade de o Governo reformular o setor de saúde pública, para garantir aos usuários de antibióticos, objeto da RDC 44/10, o acesso, não só ao médico, mas aos serviços farmacêuticos.

A Anvisa publicou, no dia 28 de outubro de 2010, a Resolução de Diretoria Colegiada (RDC) 44/10. Ela dispõe sobre o controle de antimicrobianos e tem por meta diminuir a resistência a esses medicamentos. O uso abusivo de antibióticos é uma das causas da resistência microbiana.

A RDC 44/10 determina que as farmácias condicionem a dispensação de antibióticos à apresentação e à retenção da primeira via da receita de controle especial e estabelece que o prazo de validade da receita é de dez dias, e que as farmácias armazenem os dados do paciente e de quem recebeu a orientação quanto ao uso. A Agência, que já vinha discutindo a norma, precipitou a sua edição, diante das mortes e



Vice-Presidente do CFF, Walter Jorge da Silva João

contaminação por infecções causadas pela bactéria *Klebsiella pneumoniae* carbapenemase (KPC).

Para o Vice-Presidente do CFF, é urgente que o Governo organize o setor de saúde. Assim, irá garantir aos pacientes o acesso ao médico e à receita. “Mas é preciso garantir, também, o acesso aos farmacêuticos. São eles que irão prestar as orientações ao paciente, que vão garantir o uso correto e o sucesso terapêutico, não apenas por antibióticos, como por todos os demais medicamentos”, frisou Walter Jorge.

Ele fez questão de observar que a restrição à venda de antibióticos é uma decisão acertada da Anvisa e representa avanços para a saúde. Disse, ainda, que a orientação farmacêutica não começa com a retenção da receita e não termina com a dispensação. “Vai muito além. Vai até o acompanhamento terapêutico”, lembrou.

Outro assunto abordado no debate foi o fracionamento de medicamentos. Walter Jorge ressaltou, também, o seu aspecto social, argumentando que medicamentos fracionáveis



levam ao barateamento do produto, facilitam o seu acesso e atendem à necessidade apenas daquela quantidade de medicamentos, fato que evita desperdícios, acabando com as sobras, em casa. É, ainda, uma forma de promoção do uso racional de medicamentos.

Mas lamentou que as indústrias não estejam produzindo medicamentos fracionáveis na quantidade que a demanda exige. O Decreto Presidencial 5.775, de 10 de maio de 2006, instituiu a política de fracionamento, que recomenda que as indústrias fracionem. A RDC 80, de 11 de maio de 2006, da Anvisa, define o fracionamento, mas não o obriga. Já o Projeto de Lei que tramita, na Câmara dos Deputados, de número 7029, de 2006, obriga a venda de medicamentos fracionados.

O PL encontra-se na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Ele sofreu alterações em relação à proposta original, mas foi mantida a obrigatoriedade do fracionamento. Porém, em vez de seis meses, o PL estipula um prazo de 24 meses para a indústria se adaptar às exigências. O Projeto, também, exige a presença de um farmacêutico para a venda desses medicamentos fracionáveis.

Gasta-se aproximadamente 20% a mais com medicamento que o necessário. Ou seja, de cada R\$ 100,00 pagos por na aquisição de medicamentos, R\$ 20,00 são desperdiçados. O fracionamento, garante Walter Jorge, ajudará a solucionar esse desperdício.



Dr. Walter Jorge (de preto), entre diretores da Farma & Farma, discursa em evento realizado pela rede, em Santa Catarina

VACINAS, NAS FARMÁCIAS - A Farma & Farma, uma rede de farmácias de propriedade exclusiva de farmacêuticos e comprometida com a prestação de serviços de assistência farmacêutica, realizou, nos dias 19, 20 e 21 de novembro de 2011, o seu "2º Simpósio", na cidade de Itapema (SC). Além dos franqueados da rede, o evento contou com a participação de representantes de entidades, como os Conselhos Federal e Regionais de Farmácia de Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo, e da Associação de Farmacêuticos Proprietários de Farmácias do Brasil (AFPFB).

O Vice-Presidente do CFF, Walter da Silva Jorge João, discutiu com representantes das demais entidades assun-

tos relacionados ao setor comunitário e elaboraram a "Carta de Itapema", documento que solicita à Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) a normatização para aplicação de vacinas, nas farmácias.

No documento, as lideranças farmacêuticas argumentam que farmácia e drogaria são estabelecimentos de saúde normatizados pela RDC 44/2009. As vacinas, justificam os farmacêuticos, são medicamentos registrados na Anvisa, por meio da RDC 80/2002 e RDC 315/2005. Por conseguinte, acrescentam eles, podem ser dispensadas, em farmácias e drogarias, conforme reconhecimento da própria Agência (Ofício 771/2010/ASEGI/Anvisa).

"Considerando que medicamen-

tos injetáveis podem ser administrados, em farmácias e drogarias, conforme art. 18 da Lei Federal 5991/73 e RDC 44/2009, vimos, pelo presente, solicitar ao egrégio Conselho Federal de Farmácia que normatize a regularização do âmbito profissional farmacêutico, no que se refere à dispensação e a aplicação de vacinas, em farmácias e drogarias", diz a Carta.

MAGISTRAL - Ainda em novembro (no dia 25), o Vice-Presidente do CFF, Walter Jorge, participou de evento realizado pela Anfarmag (Associação Nacional de Farmacêuticos Magistrais), quando se discutiu as conquistas alcançadas, em todas as áreas do segmento farmacêutico, ao longo dos 50 anos de existência do órgão.



Vice-Presidente do CFF, Walter Jorge, entre o Presidente da Anvisa, Dirceu Raposo, e o Vice-Presidente da Anfarmag, Hugo Guedes, acompanham discursos proferidos durante evento magistral



Marcelo Brasil do Couto, Diretor da Regional da Anfarmac, no Pará, posa com Dr. Walter Jorge



Dr. Walter Jorge (quarto, da direita para a esquerda), na Farmapolis

“O setor magistral não fica fora disso. É impressionante como ele conseguiu se organizar, de forma brilhante, em todo o País. Houve, sim, um resgate da profissão farmacêutica, por meio da organização do segmento magistral”, disse Walter Jorge, lembrando que o Brasil conta com sete mil estabelecimentos com manipulação, sendo que mais de 70% pertencem a farmacêuticos.

Segundo o dirigente do CFF, sete mil estabelecimentos representam quase 10% do total de drogarias existentes, em todo o País. “E isso é significativo. É um crescimento inimaginável. O setor magistral deverá crescer ainda mais. Enfrentou a edição de tantas e tantas normas e resoluções, mas soube ter postura, atendendo a todas as exigências sanitárias e sobrevivendo, apesar das dificuldades. Não deve ter sido fácil atender a todas as normas. O CFF se comportou como um verdadeiro parceiro, como é até hoje, fortalecendo e emprestando seu prestígio e apoio ao segmento magistral”, concluiu Jorge.

FARMAPOLIS - Com mais de 1500 inscitos, entre farmacêuticos e estudantes de Farmácia, foi realizado, no Centro de Convenções de Florianópolis, de 12 a 14 de novembro, a 15ª edição do Farmapolis. O evento contou com a participação do Vice-Presidente do CFF, Walter Jorge, repre-

sentando o Presidente da instituição, Jaldo de Souza Santos.

Em discurso, Walter Jorge destacou a importância da representatividade internacional conquistada pela Farmácia brasileira, por meio das ações do CFF, e lembrou das comemorações alusivas aos 50 anos de criação dos Conselhos Federal e Regionais. Ele participou da mesa-redonda sobre as atividades

farmacêuticas regulamentadas, quando destacou que as resoluções do CFF, que definem o âmbito de atuação do farmacêutico, tem relação estreita com as normas sanitárias expedidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e Ministério da Saúde. “O benefício para a saúde da população é o objetivo principal do CFF, ao regular a atividade farmacêutica”, disse.

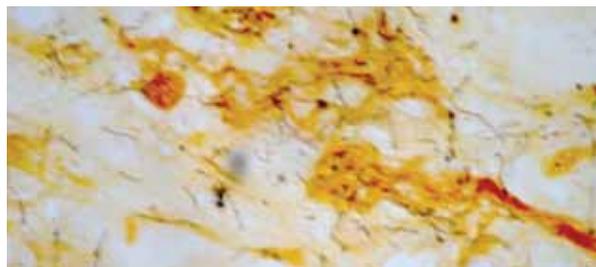
Porto Velho inaugura Laboratório Central e contrata farmacêuticos-bioquímicos



A Prefeitura de Porto Velho (RO) inaugurou, no dia 17 de dezembro de 2012, o Laboratório Central de Diagnóstico. O sistema reúne o que há de mais moderno em tecnologia utilizada nas análises clínicas. “Essa nova estrutura demonstra o comprometimento da Prefeitura com a gestão pública, de acordo com as diretrizes e princípios do SUS (Sistema Único de Saúde), como a garantia do acesso universal aos serviços de saúde”, explica a Diretora Secretária-Geral do Conselho Federal de Farmácia, Lérica Vieira.

Dra. Lérica Vieira declara que o Sistema de Laboratório Central é capaz de atender à demanda do Município, com exames de qualidade e realizados com extrema agilidade. “O resultado de grande parte dos exames sairá, no mesmo dia,

Brasil lança teste rápido inovador para diagnóstico da sífilis



Para combater a sífilis, o Brasil adotará uma solução inédita, no mundo: um novo teste rápido com a tecnologia *Dual Path Platform* (DPP®), que detecta a doença, em cerca de 15 minutos, e conjuga dois tipos de exames (treponêmicos e não-treponêmicos) numa única plataforma tecnológica. A solução é fruto do desenvolvimento conjunto entre a empresa norte-americana Chembio Diagnostic e o Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos da Fiocruz (Bio-Manguinhos).

O contrato de transferência de tecnologia foi assinado na gestão do Ministro da Saúde, José Gomes Temporão; o Vice-Presidente da Chembio, Javan Esfandiari; e o Presidente da Fundação, Paulo Gadelha.

O Diretor de Bio-Manguinhos, Artur Couto, comenta a importância de introduzir este produto na rede pública: "Estamos contribuindo, de forma cada vez mais efetiva, para ampliar as ações de controle de doenças sexualmente transmissíveis, empreendidas pelo Ministério da Saúde, por meio do Departamento de DST, AIDS e

Hepatites Virais, ao garantir acesso da população às mais avançadas tecnologias, como DPP®". Desde 2004, o Instituto tem fortalecido parcerias para oferecer um amplo portfólio na área de reativos para diagnóstico e atender às estratégias da Secretaria de Vigilância em Saúde do MS de combate a outras doenças, como HIV, leptospirose e leishmaniose canina".

COMPLICAÇÕES - Causada pela bactéria *Treponema pallidum*, a sífilis é uma doença infecciosa que pode levar a graves complicações, como cegueira, paralisia, doença cerebral, problemas cardíacos e até a morte. Associada à maternidade, é capaz de provocar aborto espontâneo, parto prematuro, baixo peso em recém-nascidos ou natimorto, e sífilis congênita — que acomete cerca de um terço dos recém-nascidos de mulheres com a doença não tratada.

No Brasil, cerca de 48 mil gestantes são infectadas por sífilis, quatro vezes mais do que a prevalência de HIV. O MS estima 12 mil casos de sífilis congênita, por ano, com taxa de óbito de 25% a 40%. Medidas como melhor triagem sorológica e tratamentos simples em gestantes, de baixo custo, trazem grandes benefícios à saúde da população.

O TR-DPP® sífilis não está disponível atualmente, no mercado, e apresenta as características de desempenho (índices de sensibilidade e especificidade) e aplicação necessárias às ações propostas pelo D-DST/Aids e Hepatites Virais. Sua utilização para a triagem de mulheres grávidas em combinação com o teste rápido HIV-1/2 é, também, uma medida de custo efetiva, pois ambos os testes tem o mesmo sistema de coleta e mesma amostra (método de diluição com o mesmo tampão). Esta logística proporcionará a economia de tempo e insumos. A duração prevista para a transferência de tecnologia é de cinco anos.

BENEFÍCIOS - O novo teste, com base na plataforma DPP®, traz diversos benefícios: fácil execução em campo - dispensa equipamentos e infra-estrutura laboratorial; leitura e interpretação simples - facilita o treinamento dos profissionais; diagnóstico rápido (em até 15 minutos) - contribui para a tomada de decisão clínica imediata quanto à necessidade de tratamento e notificação; maior sensibilidade e especificidade - possibilita tanto a triagem quanto à confirmação do status sorológico, com melhor indicação sobre a atividade da doença, o que leva ao direcionamento das ações de monitoramento e controle.

DUAL PATH PLATFORM (DPP®) - É uma plataforma que apresenta uma inovadora tecnologia de imunoenensaio cromatográfico para testes de diagnóstico rápido (até 15 minutos), podendo ser aplicada a uma grande variedade de doenças. Oferece importantes vantagens sobre os ensaios convencionais de fluxo lateral (LF), como ampliação dos níveis de sensibilidade (10 a 50 vezes maiores que o LF), possibilidade de testes multiplex (até 5 linhas de teste por cassete), adaptável a diferentes tipos de fluidos corporais (sangue, soro, plasma, saliva, urina, fezes, escarro, etc); e o uso de volumes mínimos de amostra, entre outras. Tem diversas aplicações potenciais: diagnósticos médicos; diagnósticos veterinários e de saúde animal; segurança alimentar e triagem de patógenos; triagem de amostras ambientais; bioterrorismo; detecção forense; aplicações na agricultura e indústria.

Fonte: Assessoria de Comunicação de Bio-Manguinhos/Fiocruz.

o que representa mais saúde para a população", disse a dirigente do CFF. Lérida Vieira, que representa o Estado de Rondônia em Plenário do Conselho Federal, participou da solenidade de inauguração do Laboratório, a convite do Prefeito do Município, Roberto Sobrinho.

A Diretora Secretária-Geral ressaltou que o Laboratório abre um importante campo de atuação para os farmacêuticos-bioquímicos de Porto Velho e acena para a valorização funcional e para a lisura no processo de contratação. "Além do mercado de trabalho, há um compromisso da Secretaria de Saúde do Município com a carreira dos farmacêuticos-bioquímicos que integrarão o quadro de funcionários do Laboratório Central, todos eles contratados por concurso público", destaca Lérida Vieira.



A Diretora Secretária-Geral do CFF, Lérida Vieira, participa da solenidade de inauguração do Laboratório Central de Diagnóstico de Porto Velho: "O sistema, que reúne o que há de mais moderno em tecnologia na área das análises clínicas, abre importante campo de atuação para os farmacêuticos-bioquímicos", diz.



Cafeína contra a asma?



Uma pesquisa de anos indica que a cafeína pode aliviar sintomas da asma. A suspeita é embasada no fato de que parte da estrutura química da substância se assemelha muito à da teofilina, que é um medicamento comum para o tratamento da asma e que tem a função de relaxar os músculos das vias aéreas e aliviar a respiração ofegante, assim como a falta de ar e outros problemas respiratórios.

No estudo que foi publicado no “Cochrane Database of Systematic Reviews”, os pesquisadores coletaram e analisaram os resultados de meia dúzia

de testes clínicos, observando os efeitos da cafeína sobre os asmáticos. Concluiu-se que a cafeína produzia pequenas melhoras na função das vias aéreas, por até quatro horas, em comparação a um placebo. O estudo mostrou, ainda, que até mesmo uma pequena dose poderia melhorar a função pulmonar, por até duas horas.

Os efeitos benéficos da cafeína no tratamento contra asma foram confirmados, mas não são tão expressivos, a ponto de substituir a medicação, ou originar algum fármaco. Especialistas alertam para a possibilidade de potencialização dos efeitos de medicamentos para asma associados a substâncias que contenham cafeína, como chocolate, chás e outros. Existe o risco de superdosagem associada.

Fonte: Folha Online de 02/12/2010 (<http://www1.folha.uol.com.br/equilibriosaude/839653-cafe-pode-aliviar-sintomas-da-asma-indica-pesquisa.shtml>)

Decreto Presidencial institui Universidade Aberta do SUS



- SISTEMA OFERECE A PROFISSIONAIS QUE ATUAM NA REDE PÚBLICA DE SAÚDE CURSOS DE ATUALIZAÇÃO PROFISSIONAL EM ÁREAS DE INTERESSE DO SUS. EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA REDUZ CUSTOS E PERMITE ACESSO VIRTUAL A MATERIAIS DE ESTUDO E APERFEIÇOAMENTO

O Decreto Presidencial 7.385/2010, publicado, no dia 9 de novembro de 2011, no “Diário Oficial da União”, institui o sistema Universidade Aberta do SUS (UnA-SUS), um mecanismo que propicia aos profissionais de saúde que atuam na rede pública de saúde realizar cursos de atualização profissional e até mestrados. A grande vantagem do UnA-SUS é o uso de tecnologias de educação à distância, o que minimiza a necessidade de deslocamento do profissional da sua cidade ou região.

Atualmente, participam da rede 12 universidades públicas, duas Secretarias Estaduais de Saúde (BA e MG), cinco núcleos do Telessaúde Brasil, Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP), da Fiocruz. Outros parceiros que tiverem interesse podem integrar à rede.

Desde 2008, ano de criação do UnA-SUS, foram contratados cursos para especializar mais de 23 mil profissionais em áreas prioritárias para o Sistema Único de Saúde (SUS) - Programa Saúde da Família, Saúde Mental, Saúde Ambiental, Saúde Materno-Infantil e Gestão Participativa.

Esses trabalhadores foram capacitados, por meio de uma universidade pública parceira do UnA-SUS. É esta universidade que disponibiliza o curso de educação à distância, faz a supervisão necessária e oferece o certificado educacional. Assim, é possível levar a cada traba-





lhador de saúde oportunidades de aprendizado, como material para auto-instrução, cursos livres e de atualização, cursos de aperfeiçoamento, especialização e até mesmo mestrados profissionais.

O UnA-SUS possibilita que cada instituição contribua, de acordo com suas potencialidades, sendo estruturado em quatro eixos: produção de conhecimento, cooperação em tecnologias educacionais, apoio tutorial a aprendizagem e certificação educacional. O trabalho se dá, por meio da formulação de materiais instrucionais, que é feita em espaços virtuais e presenciais colaborativos, unindo esforços das entidades nacionais, universidades e associações profissionais e científicas.

Com o Decreto Presidencial, todo material desenvolvido passa a ser de livre acesso às instituições e estudantes interessados, por meio de bibliotecas virtuais e de outras mídias (CDs, DVDs, impressos).

Coordenado pelo Ministério da Saúde, por meio da atuação conjunta da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES) e da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), o UnA-SUS atende às necessidades de capacitação e educação permanente dos trabalhadores da rede pública de saúde, através de uma rede colaborativa de instituições acadêmicas, serviços de saúde e unidades de gestão da rede pública.

“Integra o UnA-SUS um acervo compartilhado de experiências educacionais patrocinadas, pagas e sustentadas pelo SUS, que se torna disponível ao conjunto das universidades públicas do País. Há uma grande redução de custo se você tiver um acervo de materiais instrucionais compartilhado pelas universidades públicas, que podem oferecer esses cursos em escala maior”, explica Francisco Campos, Secretário de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde do Ministério da Saúde.

PLATAFORMA AROUCA - A Plataforma Arouca é um sistema integrado que concentra as informações sobre o histórico educacional e de trabalho dos profissionais de saúde. A ferramenta é útil para que os gestores do SUS tenham informação de qualidade sobre a situação dos trabalhadores. Com esse histórico profissional e educacional integrado, as ações de gestão do trabalho e educação em saúde serão qualificadas, permitindo um melhor planejamento, acompanhamento e fiscalização. O nome do projeto é uma homenagem ao médico sanitário Sérgio Arouca (falecido, em 2003) e tem objetivos semelhantes a outras experiências do Governo Federal, como a Plataforma Freire, que desenvolve o Plano Nacional de Formação de Professores, do Ministério da Educação; e a Plataforma Lattes, que arquia currículos acadêmicos, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

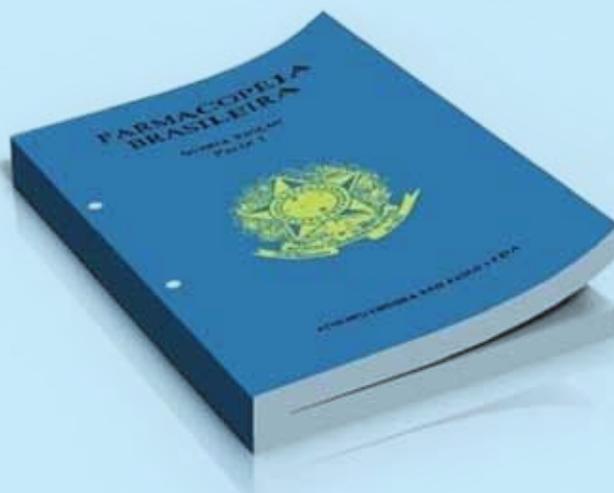
Farmacopeia Brasileira chega à quinta edição

Lançado, no dia 14 de dezembro de 2011, a mais nova edição da Farmacopeia Brasileira (FB). Ela é o código oficial farmacêutico do País, que estabelece os requisitos mínimos de qualidade para fármacos, insumos, drogas vegetais, medicamentos e produtos para a saúde, por exemplo.

O código contém 592 monografias, sendo que 367 destas fazem parte da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (Rename). A quinta edição da FB revoga as quatro edições anteriores e foi publicada, também, em meio eletrônico, o que vai facilitar as revisões e atualizações posteriores.

Desde a criação da Anvisa, a Agência assumiu a gestão da Farmacopeia Brasileira. A edição lançada, em dezembro, representa uma revisão de todas as monografias e métodos farmacêuticos contidos na publicação. Para sua elaboração, o trabalho contou com a participação de 225 pessoas, entre membros acadêmicos, representantes da Anvisa, do Ministério da Saúde, do Conselho Federal de Farmácia, da indústria farmacêutica, entre outros.

HISTÓRICO - A primeira edição da Farmacopeia Brasileira foi publicada, em 1926. A primeira edição da FB equiparava-se às farmacopéias dos



países tecnologicamente desenvolvidos, porém diferenciava-se das demais, por já conter descrições de mais de 200 plantas medicinais, a maioria delas de origem brasileira.

A segunda edição da Farmacopeia Brasileira foi publicada, em 1959, e a terceira saiu, em 1976. Em 1988, foi publicada a quarta edição, que foi atualizada por vários fascículos, até 2005.



Formulário orienta prescrição, visando ao uso racional de 343 medicamentos dispensados na rede pública



O Ministério da Saúde lançou, em dezembro de 2011, o Formulário Terapêutico Nacional 2010. A edição atualizada da publicação é um manual de uso de 343 medicamentos disponíveis gratuitamente na rede pública e utilizados no tratamento das doenças que mais atingem a população. O formulário orienta sobre indicação, contra-indicações, cuidados na administração, efeitos adversos e até mesmo sobre o armazenamento dos produtos.

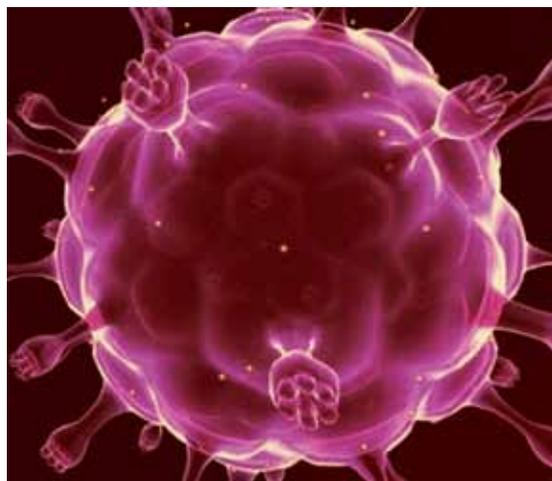
USO RACIONAL - Os 60 mil exemplares do Formulário serão distribuídos às equipes da Estratégia Saúde da Família, gestores estaduais e municipais de saúde, entidades representativas da área médica e farmacêutica, faculdades de Farmácia e unidades do Programa Farmácia Popular. A publicação, também, estará disponível no portal do Ministério da Saúde (www.saude.gov.br).

Transplante de células-tronco pode ter curado AIDS

Cientistas da Universidade de Medicina de Berlim anunciam um provável caso de cura da Aids. O grupo alemão acredita ter evidências de cura de um paciente norte-americano com Aids, utilizando células-tronco adultas. A cura teria ocorrido, depois que o paciente realizou um transplante de medula óssea, com a intenção de curar uma leucemia.

O doador das células transplantadas sofria de uma mutação que não permitia que ele produzisse a proteína CCR5, que é fundamental para a multiplicação do vírus HIV no organismo humano. O transplante ocorreu, em 2007. Dois anos depois, foi publicado um artigo que afirmava o desaparecimento do vírus HIV no paciente transplantado.

Os pesquisadores acompanharam o caso, durante quatro anos. E, apesar dos resultados, reconhecem que afirmar uma cura



para a AIDS pode ser prematuro. Admitem a necessidade de repetir o trabalho, muitas vezes, para que se tenha conclusões mais concretas. De qualquer forma, a notícia é alvissareira.

Fonte: Folha on line (<http://www1.folha.uol.com.br/ciencia/845970-grupo-alemao-anuncia-provavel-cura-de-portador-de-hiv-com-uso-de-celulas-tronco.shtml>)



Uma TV só para a saúde

PROFISSIONAIS DE SAÚDE PASSAM A CONTAR COM UM CANAL DE TELEVISÃO DEDICADO EXCLUSIVAMENTE A INFORMAR E MOBILIZAR PARA OS ASSUNTOS RELACIONADOS À SAÚDE.



A população e os profissionais da saúde são contemplados com a criação emissora de TV “Canal Saúde”, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Ela pode ser sintonizada por antenas

parabólicas, em todo o País. Um acordo do Ministério da Saúde com a Oi TV, também, permitirá que o canal seja sintonizado, por intermédio dessa operadora, por Conselhos Municipais

e Estaduais de Saúde, a partir de 2011. O objetivo é facilitar o acesso da população à programação, que inclui, por exemplo, orientações sobre prevenção a doenças e promoção da saúde.

A principal veiculação da nova emissora é por intermédio de antena parabólica digital. Outra forma de veiculação é um canal exclusivo na Oi TV. A operadora de TV por assinatura deve doar mais de 5 mil kits de recepção (antena da Oi, receptor digital e aparelho de televisão) aos Conselhos Municipais e Estaduais de Saúde, facilitando o acesso à programação do “Canal Saúde”.

Durante 16 anos, o “Canal Saúde” funcionou como um canal virtual. Ao se transformar em uma emissora de televisão, passa a gerenciar um canal próprio, inicialmente, com 12 horas de programação ininterrupta, das 9h às 21h. O investimento do Ministério da Saúde e da Fiocruz para transformá-lo em emissora de TV foi de R\$ 5,9 milhões.

Residência Multiprofissional em Saúde recebe inscrições



O Programa de Residência Multiprofissional e em Área Profissional da Saúde (Premus/Hospital São Lucas da PUCRS - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul) recebe inscrições para a seleção a 12 vagas, distribuídas entre Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Nutrição, Odontologia, Psicologia e Serviço Social e Educação Física. As ênfases são em “Apoio Diagnóstico e Terapêutico”, “Saúde da Criança e Adolescente”, “Saúde do Idoso”, “Urgência” e “Saúde Bucal - Atenção Especializada em Saúde - Cirurgia Bucomaxilofacial”.

O Premus/HSL tem por base a legislação para residências multiprofissionais e insere-se na cooperação entre PUCRS e Secretaria Municipal da Saúde. O ingresso da turma está previsto para abril de 2011, após a seleção. A Residência tem a duração de dois anos e inclui bolsa mensal de R\$ 2.338,06, custeada pelo Ministério da Saúde.

As inscrições podem ser feitas, até o dia 28 de fevereiro de 2011, no site www.pucrs.br/educacaocontinuada/cursos/premus. Informações adicionais na Faculdade de Enfermagem, Nutrição e Fisioterapia (Faenfi), pelo telefone (51) 3320-3646.